

Pb
A

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CRADS) – Angra do Heroísmo, 26 de julho de 2024

Ao vigésimo sexto dia do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, pelas dez horas, na sala Vitorino Nemésio, no Hotel Caracol, na ilha Terceira, reuniu o Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, abreviadamente designado por CRADS, em sessão ordinária, de acordo com o artigo 47.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/2010/A, de 25 de maio, estando presentes os seguintes membros: -----

- Alonso Teixeira Miguel, Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, na qualidade de Presidente; -----
- Amílcar Gomes Braz, representante da Autoridade Marítima Nacional – Departamento Marítimo dos Açores; -----
- Júlio Costinha da Silva, representante da Polícia de Segurança Pública; -----
- Tiago Garrinhas, representante do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana; -----
- Sandra Câmara, em representação do Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores; -----
- José Azevedo, representante da Federação Agrícola dos Açores; -----
- Fabiana Nogueira, representante da Federação de Pescas dos Açores; -----
- Helga Barcelos, representante da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores e da A.E.S.A – Associação Empresarial para a Sustentabilidade dos Açores; -----
- João Bettencourt, representante da ACRA – Associação de Consumidores da Região Açores; --
- Cândida Castro, representante da Azorica - Associação de Defesa do Ambiente; Rui Botelho, representante da SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudos das Aves; Paulo Barcelos, representante da Associação Os Montanheiros; Ricardo Gil, representante da Gê-Questa – Associação de Defesa do Ambiente; Hélder Nunes, representante da Alerta - Associação de Escutismo Católico dos Açores; João Medeiros, representante da Azulinvade – Associação Ambiental; Diogo Caetano, representante dos Amigos dos Açores – Associação Ecológica; João Malheiro, representante da Associação de Surf da Ilha Terceira; Álvaro Areias, representante da APPA - Associação para a Promoção e Proteção Ambiental dos Açores; representantes das organizações não governamentais de ambiente e equiparadas que estão inscritas no registo regional a que se refere o artigo 8.º do presente diploma; -----
- Ana Rodrigues, Diretora Regional do Ambiente e Ação Climática; -----
- Aida Medeiros, representante da Direção Regional da Agricultura, Veterinária e Alimentação; -
- Jorge Belerique, representante da Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial; -----

- Rfob 
- Paulo Garcia, representante da Direção Regional do Turismo; -----
 - Rui Martins, Diretor Regional de Políticas Marítimas. -----

A reunião teve a seguinte agenda: -----

1. - Tomada de posse de membros do CRADS; -----
2. - Aprovação da ata da reunião do CRADS de 16 de abril de 2024; -----
3. - Informação sobre o estado de execução dos projetos LIFE IP AZORES NATURA, LIFE IP CLIMAZ, LIFE BEETLES e LIFE SNAILS; -----
4. - Apresentação da proposta de revisão e alteração da legislação sobre Resíduos – Regime Geral de Gestão de Resíduos; -----
5. - Apresentação do Roteiro para a Neutralidade Carbónica; -----
6. - Apresentação do Roteiro para a Economia Circular; -----
7. - Apresentação do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos; -----
8. - Apresentação do Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2020-2022; -----
9. - Apresentação da proposta da primeira alteração à Portaria n.º 66/2018, de 20 de junho, que aprova o regulamento de acesso ao Ilhéu de Vila Franca do Campo; -----
10. - Apresentação do Plano de Gestão de Secas e Escassez de Água dos Açores; -----
11. - Outros assuntos. -----

O Presidente deu as boas-vindas aos presentes e agradeceu a sua comparência na reunião. -----

Transmitiu a ausência devidamente justificada de treze conselheiros, nomeadamente: o representante da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, o representante da Associação Florestal dos Açores, o representante do Observatório do Mar dos Açores, o representante da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, o representante da AJITER – Associação Juvenil da Ilha Terceira, o representante da AFAMA – Associação Faialense dos Amigos dos Animais, o representante da Associação Cultural, Desportiva e Recreativa da Graciosa, o representante da Associação Asas do Mar – Instituto de Ornitologia Marinha dos Açores, o representante da Trybio – Associação de Produtores e Consumidores de Agricultura Biológica, o representante da Delegação dos Açores da Associação Nacional de Freguesias, o representante do Conselho Coordenador do Sistema Educativo, o representante da Associação de Guias de Portugal e o representante da Universidade dos Açores. -----

Informou que tendo em conta que o CRADS assume as funções de conselho consultivo dos projetos LIFE IP AZORES NATURA, LIFE IP CLIMAZ, LIFE BEETLES e LIFE SNAILS, estiveram presentes respetivamente, o gestor-adjunto João Fernandes, e os gestores dos projetos, Pedro Machado, Maria Ferreira e Ricardo Abreu. -----

Informou, ainda, que acompanhariam a reunião o Chefe do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, Adalberto Couto, o Adjunto do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, André Castro, o Adjunto do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, Tiago Ferreira, a Subdiretora Regional da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, Sónia Santos, o Técnico Superior Especialista do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, Emanuel Barcelos, a Coordenadora Executiva do Geoparque Açores, Salomé Meneses e a Chefe de Divisão de Resíduos da Direção Regional

Pol
A

do Ambiente e Ação Climática, Dália Leal, nos termos do n.º 3 e 4 do artigo 41.º do DLR n.º 19/2010/A, de 25 de maio, na sua versão atual. -----

Tendo-se constatado a presença de quórum para a realização da reunião, nos termos do n.º 1, do artigo n.º 48, do DLR n.º 19/2010/A, de 25 de maio, na sua redação atual, o Presidente do CRADS deu início à ordem de trabalhos: -----

PONTO UM – Tomada de posse dos novos membros do CRADS -----

Existindo novos representantes, designados recentemente, o Presidente do CRADS concedeu a posse aos seguintes conselheiros: Rui Martins, Diretor Regional de Políticas Marítimas, Fabiana Nogueira, representante da Federação de Pescas dos Açores, Cândida Castro, representante da Azorica – Associação de Defesa do Ambiente, e Álvaro Areias, representante da APPA – Associação para a Promoção e Proteção Ambiental dos Açores. -----

Os respetivos termos de posse foram assinados pelo Presidente e pelos empossados, sendo anexados à presente Ata, enquanto parte integrante da mesma. -----

PONTO DOIS – Aprovação da Ata da reunião do CRADS de 16 de abril de 2024 -----

Considerando que a Ata da última reunião foi remetida a todos os conselheiros, através de correio eletrónico, foi proposto pelo Presidente que fosse dispensada a respetiva leitura, o que mereceu a aprovação unânime do Conselho. -----

Colocado o conteúdo da Ata à consideração do Conselho, não foi manifestada qualquer objeção ou apresentada qualquer proposta de alteração à sua redação. -----

Submetida à votação, a Ata da reunião do CRADS de 16 de abril de 2024 foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO TRÊS - Informação sobre o estado de execução dos projetos LIFE IP AZORES NATURA, LIFE IP CLIMAZ, LIFE BEETLES e LIFE SNAILS -----

O Presidente do Conselho Regional passou a palavra ao gestor-adjunto do projeto LIFE IP AZORES NATURA, João Fernandes, para apresentação do estado de execução do projeto em curso. A apresentação deste ponto foi efetuada com recurso a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS. -----

Concluída a apresentação, o Secretário Regional passou a palavra ao gestor do projeto LIFE IP CLIMAZ, Pedro Machado, para apresentação do estado de execução do projeto. A apresentação foi efetuada com recursos a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS. -----

Seguidamente, o Presidente passou a palavra à gestora do projeto LIFE BEETLES, Maria Teresa Ferreira, para apresentação do estado de execução. A apresentação foi efetuada com recurso a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS. -----

O Presidente do Conselho deu a palavra ao gestor do projeto LIFE SNAILS, Ricardo Abreu, para a apresentação do estado de execução do projeto. A apresentação foi efetuada com recurso a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS. -----

Concluídas as apresentações o Presidente do CRADS anunciou a abertura das inscrições para pronúncia dos membros do Conselho. -----

O conselheiro Paulo Barcelos, representante da Associação Os Montanheiros, questionou o LIFE SNAILS sobre o que é que se podia fazer em relação aos platelmintos. -----

O gestor do LIFE SNAILS, Ricardo Abreu, deu nota que os platelmintos são uma ameaça porque alimentam-se de tudo. -----

O conselheiro José Azevedo, representante da Federação Agrícola dos Açores, salientou que no local da intervenção, na zona do Cabrito, o local encontra-se aberto à estrada e, como é uma zona de muda de gado bovino, carece de uma vedação. -----

A gestor do LIFE BEETLES, Maria Teresa Ferreira, mencionou que o local ainda não se encontra vedado uma vez que ainda decorrem trabalhos no local. -----

Alonso Miguel disse que o projeto LIFE BEETLES irá averiguar a possibilidade de se instalar uma vedação amovível. -----

A conselheira Fabiana Nogueira, representante da Federação de Pescas dos Açores, questionou se, no âmbito das espécies invasoras, há alguma ação para a *Rugulopteryx okamurae*. -----

O Secretário Regional ressaltou que não é uma espécie-alvo dos projetos LIFE, no entanto, deu nota de que há um conjunto de medidas a serem desenvolvidas no âmbito do LIFE IP AZORES NATURA para a deteção precoce de espécies invasoras. Mencionou que existem trabalhos em curso, nomeadamente um estudo sobre o comportamento biológico, que está sob alçada da Direção Regional de Políticas Marítimas. -----

O Diretor Regional de Políticas Marítimas destacou que foi adjudicado um estudo que tem três componentes, a primeira componente está relacionada com o conhecimento, dispersão e identificação de potenciais zonas de expansão da espécie no Arquipélago; a segunda componente é a avaliação do potencial de valorização da espécie em múltiplas utilizações e aplicações biotecnológicas; e a terceira componente está relacionada com a identificação de técnicas para controlo e minimização dos efeitos da bioinvasão. -----

O Secretário Regional deu nota de que foram disponibilizadas toneladas de algas ao projeto EcoBlue com o intuito de avaliar a capacidade de produção de fibras a partir desta espécie de alga. -----

Não existindo mais intervenções, o Presidente do Conselho passou ao ponto seguinte. -----

PONTO QUATRO - Apresentação da proposta de revisão e alteração da legislação sobre Resíduos – Regime Geral de Gestão de Resíduos -----

Para apresentação da proposta de revisão, o Presidente do Conselho passou a palavra à Chefe de Divisão de Resíduos, Dália Leal. A apresentação deste ponto foi efetuada com recursos a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS. -----

Concluída a apresentação, o Presidente do CRADS anunciou a abertura das inscrições para pronúncia dos membros do Conselho. -----

O conselheiro Ricardo Gil, representante da Gê-Questa, referiu que o número 1, artigo 51.º, deveria mencionar a triagem e a fragmentação dos resíduos contendo matérias perigosas. Em relação ao artigo 52.º, deveria indicar que os materiais que contém matérias perigosas não podem ser usados em obra. Ainda em relação ao artigo 52.º, indica que o ponto 1 deve mencionar que os RCD utilizados em obra podem ser provenientes da própria obra, utilizados em obra licenciada e/ou isenta de licenciamento. -----

Tomou a palavra o conselheiro Rui Martins, da Direção Regional de Políticas Marítimas, que saudou o trabalho efetuado referindo que foram dados passos importantes na problemática do lixo marinho. -----

O Secretário Regional deu nota de que, ao longo dos últimos anos, a Secretaria tem efetuado uma evolução significativa na de gestão de resíduos em termos normativos e legislativos. -----

Não existindo mais intervenções, o Presidente do Conselho passou ao ponto seguinte. -----

PONTO CINCO - Apresentação do Roteiro para a Neutralidade Carbónica -----

Para apresentação do Roteiro, o Presidente do Conselho passou a palavra à Diretora Regional do Ambiente e Ação Climática, Ana Rodrigues. A apresentação deste ponto foi efetuada com recursos a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS. -----

Concluída a apresentação, o Presidente do CRADS anunciou a abertura das inscrições para pronúncia dos membros do Conselho. -----

O conselheiro Ricardo Gil questionou se há projetos para a energia dos oceanos considerando que é um recurso disponível. -----

A Diretora Regional afirmou que o aproveitamento de energias dos oceanos está contemplado num projeto-piloto. -----

Tomou a palavra o conselheiro Rui Botelho, representante da SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudos das Aves, que referiu que existe uma parte prática e que ao longo do processo foram retiradas, nomeadamente as hídricas reversivas que, em alguns locais, do ponto de vista ambiental, seriam interessantes. Em relação aos transportes terrestres, salientou que a eletrificação é o caminho, mas a principal preocupação para os açorianos é o transporte aéreo e marítimo e na regulação internacional o transporte aéreo tem tido um trabalho de progressão interessante, quanto ao transporte marítimo há um vazio internacional. -----

Em relação à transição da pastagem de outros usos a floresta, é necessário ver que o desafio é quase inatingível, pelo que deu nota de que talvez seja necessário investir em outras áreas complementares à floresta. -----

Alonso Miguel salientou que é um desafio enorme e é necessário fazer um conjunto de compromissos no sentido de se caminhar para o objetivo dos vinte e três mil quinhentos e trinta e seis hectares de florestação. -----

Destacou que, na criação do Roteiro, há um conjunto de compromissos que podem ser ajustados ao longo do tempo consoante a evolução dos diferentes termos da equação. -----

A Diretora Regional afirmou que o Roteiro para a Neutralidade Carbónica vai resultar de um compromisso a nível mundial. O objetivo deste Roteiro é tentar manter a atividade económica da Região, melhorar a capacidade de sequestro de carbono e melhorar a energia e transporte com as energias renováveis, isto é, maximizar de forma eficiente os nossos recursos. -----

Em relação ao armazenamento de energia, colocou-se a hipótese da colocação da central hídrica reversível e após conversações com a Direção Regional da Energia verificou-se que, nesta fase, não se colocaria porque existe um conjunto de premissas que têm de ser verificadas em termos de problemáticas adjacentes à instalação da central hídrica reversível em São Miguel, não se encontrando de fora a sua implementação. -----

O conselheiro Rui Botelho mencionou que a reflorestação de áreas agrícolas para floresta é uma captura direta de carbono, no entanto, há a componente da biodiversidade, que é importante, na área da captura de carbono, por exemplo, nos projetos que se está a realizar com invasoras, há um impacto negativo a nível do carbono. Salientou que o cálculo de carbono será negativo nos primeiros 10, 20 anos, ou seja, ou se investe diretamente em áreas em que o processo é direto ou em todas as áreas em que existe invasoras e a relação de cálculo de carbono não pode ser feita de forma direta, isto é, da reflorestação à captura. -----

Tomou a palavra o conselheiro Jorge Belerique, representante da Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial, que congratulou o objetivo dos vinte e três mil quinhentos e trinta e seis hectares de florestação e considerou que as florestas podem desempenhar um importante papel na neutralidade carbónica e podem representar um importante papel no reorientar das políticas públicas e privadas para o setor. -----

Em termos florestais, para se alcançar os vinte e três mil quinhentos e trinta e seis hectares, o objetivo é que se cortem mais árvores porque vai ser uma atividade económica em que vai haver áreas a corte e áreas a crescer. A floresta de produção é fundamental porque em termos de fixação de CO₂, é muito mais eficiente que a floresta natural. -----

De seguida, o conselheiro José Azevedo evidenciou que o setor agrícola, mais uma vez, tem um papel importante para a Região. Salientou que os produtores têm interesse em reduzir a produção e melhorar o seu rendimento por outras vias. Referiu que a redução de animais não é o caminho. Realçou que a plantação é cíclica, ou seja, as árvores têm um período de vida onde têm de ser abatidas e replantadas novamente. Outro ponto fundamental para os Açores que não está a ser trabalhado é a venda de direitos de carbono, pois, isto para a agricultura será um estímulo para a alteração do modo de produção dos produtores, existindo uma fonte de receita que irá estimular a evolução no sentido de existir menos poluição da parte dos animais e mais receita para os produtores.-----

afeta

Deu nota de que os agricultores têm perdido mais pastagem para a conteira e para a urze do que para a plantação de árvores, por isso a sua maior preocupação não é a plantação de árvores, mas sim a existência de cada vez mais invasoras nos terrenos. -----

O Secretário Regional ressaltou que o mercado de carbono é uma das formas de criar estímulos para que exista uma reconversão da atividade. -----

A Diretora Regional do Ambiente e Ação Climática mencionou que, aquando da elaboração do Inventário Regional de Emissões de Poluentes Atmosféricos – IRERPA, os dados enviados, referentes às últimas décadas, demonstram que há mais cortes que reflorestação, por isso é que as emissões são mais altas. Os objetivos do Roteiro é que haja corte para haver reflorestação. Um outro objetivo do Roteiro é continuar com a atividade económica na agricultura. Esta mudança vai-se adaptar aos movimentos económicos que existirem, portanto, os produtores irão fazer escolhas mediante os fatores de incentivo que existirem. -----

Tomou a palavra a conselheira Cândida Castro, representante da Azorica – Associação de Defesa do Ambiente, para dar nota de que a ocupação do solo é sobretudo com pastagens e não devemos esquecer-nos que é necessário investir no melhoramento das pastagens biodiversas e que a floresta e a agricultura não têm de ser inimigas, podem estar juntas no sistema de agroflorestal, que é o futuro. -----

O Secretário Regional evidenciou que o projeto LIFE IP CLIMAZ está a desenvolver um projeto-piloto no âmbito das pastagens biodiversas, para que estas possam ser mais resistentes aos efeitos das alterações climáticas. -----

O conselheiro Ricardo Gil questionou se há incentivo ou obrigatoriedade de replantação em caso de abate. -----

O Presidente do CRADS referiu que a legislação obriga a replantação após o corte. Mencionou ainda que, após o corte e replantação, há uma variação no nível da captura de carbono, que depois é compensada com o crescimento dos exemplares. -----

O conselheiro Diogo Caetano, representante dos Amigos dos Açores – Associação Ecológica, indagou sobre as centrais hídricas reversíveis, nomeadamente, em termos de estudo se há novidades sobre a sua localização, se nos Graminhais ou nas Furnas. -----

O Secretário Regional deu nota de que de momento não está nada projetado. -----

Não existindo mais intervenções, o Presidente do Conselho passou ao ponto seguinte. -----

PONTO SEIS - Apresentação do Roteiro para a Economia Circular -----

Para apresentação do Roteiro, o Presidente do Conselho passou a palavra à Diretora Regional do Ambiente e Ação Climática, Ana Rodrigues. A apresentação deste ponto foi efetuada com recursos a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS. -----

Concluída a apresentação, o Presidente do CRADS anunciou a abertura das inscrições para pronúncia dos membros do Conselho. -----

f P. P. B. 12

Tomou a palavra o conselheiro Ricardo Gil, para dar nota de que, em relação à energia, há incentivos para a aquisição de veículos elétricos, painéis fotovoltaicos e são sempre dirigidos aos particulares e empresas, e não se verifica esses incentivos para a administração pública. Salientou que era importante a administração pública dar o exemplo pois é uma questão de eficiência e redução da pegada ambiental. -----

Referiu, ainda, que por exemplo, em Angra do Heroísmo, não faz sentido, dada a atualidade que se vive, não se permitir a instalação de painéis fotovoltaicos em zonas de património mundial. -

O Secretário Regional referiu que, pelo facto de a administração pública não ter acesso aos incentivos financeiros, não a desvincula da necessidade de efetuar investimentos em prol da eficiência. -----

O Conselheiro João Malheiro, representante da Associação de *Surf* da Ilha Terceira, questionou se, em relação aos painéis fotovoltaicos, não existia um plano municipal que previa um parque com painéis fotovoltaicos onde os moradores podiam instalar os seus painéis e a energia seria distribuída pelos proprietários. -----

O Secretário Regional informou que não tinha conhecimento do referido projeto. -----

O conselheiro Ricardo Gil, sugeriu que se podia investir nos sistemas agrovoltáticos na agricultura e assim suprimir as suas próprias necessidades. -----

Alonso Miguel mencionou que, efetivamente, muitas explorações agrícolas, no estrangeiro, têm instalados painéis fotovoltaicos. -----

Em conclusão, o conselheiro José Azevedo salientou que, no âmbito do PPR, foram efetuadas diversas candidaturas no âmbito da agricultura para a instalação dos painéis. -----

Não existindo mais intervenções, o Presidente do Conselho passou ao ponto seguinte. -----

PONTO SETE - Apresentação do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos -----

Para apresentação do SRIR, o Presidente do Conselho passou a palavra à Diretora Regional do Ambiente e Ação Climática, Ana Rodrigues. A apresentação deste ponto foi efetuada com recursos a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS. ----

Concluída a apresentação, o Presidente do CRADS anunciou a abertura das inscrições para pronúncia dos membros do Conselho. -----

O conselheiro Paulo Barcelos questionou sobre o porquê do destino dos resíduos urbanos em aterro na ilha das Flores. -----

O Secretário Regional deu nota de que, no ano passado, na ilha das Flores, houve uma situação de contaminação de resíduos orgânicos com baratas, o que obrigou a um processo de eliminação do composto estabilizado, não crivado, que se encontra referido no relatório. -----

Tomou a palavra o conselheiro Paulo Barcelos que perguntou sobre a fração de não reutilizáveis na ilha Terceira, questionando se a falha está na recolha ou na triagem e na capacidade da TERAMB, e se há soluções novas a serem implementadas a nível dos resíduos reutilizáveis. -----

Alonso Miguel declarou que a fração de resíduos recicláveis nos resíduos indiferenciados de um ponto de vista geral é alta em todas as ilhas e está relacionado com a componente fração reciclável dos biorresíduos, que ainda é muito elevada. Referiu também, que a maioria das ilhas tem processos de triagem manual, sendo que este processo em ilhas maiores, como Terceira e São Miguel, é mais difícil porque depende de outros instrumentos. Nas sete ilhas e agora também no Ecoparque de São Miguel, existe tratamento mecânico que permite realizar uma separação mais eficaz e recuperar todos os resíduos que são recicláveis. Na ilha Terceira, não há um centro de tratamento mecânico a montante que permita fazer a triagem e recuperação de recicláveis, mas a Secretaria tem estado em conversações com as Câmaras Municipais e a TERAMB no sentido de se encontrar uma solução para uma estrutura que possa servir esse propósito. -----

O conselheiro Ricardo Gil interrogou se os resíduos de construção e demolição estão englobados porque não os vê representados no relatório. -----

A Diretora Regional afirmou que os resíduos em questão são resíduos sectoriais e serão analisados em outro relatório, que será produzido posteriormente, e que o relatório apresentado diz apenas respeito aos resíduos urbanos. -----

Não existindo mais intervenções, o Presidente do Conselho passou ao ponto seguinte. -----

PONTO OITO - Apresentação do Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2020-2022 -----

Para apresentação do Relatório do Estado do Ambiente, o Presidente passou a palavra à Diretora Regional do Ambiente e Ação Climática, Ana Rodrigues. A apresentação deste ponto foi efetuada com recursos a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS.

Concluída a apresentação, o Presidente do CRADS anunciou a abertura das inscrições para pronúncia dos membros do Conselho. -----

Tomou a palavra o conselheiro João Medeiros, representante da Azulinvade – Associação Ambiental, que questionou se, em relação à qualidade das águas balneares, as zonas balneares que têm má qualidade são na ilha Terceira, a Prainha, e na ilha de São Miguel é em Vila Franca do Campo, e questionou se na Horta, a Praia do Porto Pim não possuía má qualidade. Interrogou ainda se a Secretaria fazia monitorização da areia ou se haveria forma de a Câmara Municipal entregar alguma monitorização efetuada à praia da Prainha, na ilha Terceira. -----

Tomou a palavra Emanuel Barcelos que realçou que, em relação à qualidade das águas das zonas balneares, estas seguem um conjunto de critérios, como a pior classificação que a água banear teve nos últimos quatro anos, e, portanto, no caso da Prainha, não resulta do facto do ano transato ter havido problemas na praia, mas sim de nos últimos quatro anos ter ocorrido um episódio em que a água não esteve boa o que “mancha” a zona banear durante os próximos quatro anos. De acordo com os dados que a Secretaria tem, no ano transato não se verificaram episódios na Prainha. -----

No que diz respeito às areias das praias, durante o ano transato decorreu o projeto ABACO, que levava à certificação de uma norma específica das zonas balneares da Praia de Porto Pim, e nesta praia fez-se a análise à areia, não só microbiológica, mas também à presença ou ausência de

fungos. No seguimento deste projeto, havia intenção de trabalhar numa segunda edição do projeto ABACO com o intuito de alargar a mais zonas balneares e incluir a monitorização da qualidade das areias para as restantes zonas balneares com areia, como é o caso da Prainha, em Angra do Heroísmo. -----

O conselheiro Rui Martins mencionou que a DRPM continua a monitorizar as areias das várias zonas balneares a nível regional e, neste momento, a análise está a ser efetuada pelo Laboratório Regional de Veterinária e os areais que se encontram a ser monitorizados são: na ilha de Santa Maria, a Praia Formosa e a Baía de São Lourenço, na ilha de São Miguel, a Prainha de Água d'Alto, Vinha d' Areia, Areal de Santa Bárbara, Praia dos Moinhos, Praia das Melícias, Pópulo e Praia do Fogo, na ilha Terceira, Riviera e Prainha da Praia da Vitória, Prainha de Angra do Heroísmo e Praia Grande, na ilha do Faial, a Praia de Porto Pim, Praia do Almoxarife, e na ilha Graciosa, a Praia em São Mateus. -----

O conselheiro João Malheiro questionou se, das três zonas identificadas como de maior risco de galgamento, a intervenção que foi efetuada na zona da Praia da Vitória procedeu à diminuição do risco verificado. -----

O Presidente do CRADS referiu que as zonas de risco de galgamento costeiro não são referentes à Praia da Vitória. -----

Emanuel Barcelos concluiu que a análise apresentada está relacionada com a elaboração da cartografia de risco para galgamento e inundação costeira produzida no âmbito dos processos de revisão do plano de ordenamento da orla costeira da ilha Terceira, em 2022/2023. -----

Não existindo mais intervenções, o Presidente do Conselho passou ao ponto seguinte. -----

PONTO NOVE - Apresentação da proposta da primeira alteração à Portaria n.º 66/2018, de 20 de junho, que aprova o Regulamento de Acesso ao Ilhéu de Vila Franca do Campo -----

O Presidente do CRADS referiu que se pretende que a portaria seja adaptada à nova realidade e às dinâmicas que se desenvolveram em torno do Ilhéu de Vila Franca do Campo, nomeadamente com a atividade de caiaque que se desenvolveu de forma significativa, pelo que é necessária a sua regulamentação. Indicou ainda que o processo de acesso às marítimo-turísticas, fora da época balnear, foi também simplificado. -----

Considerando o aumento de procura, agora existe a prerrogativa de, em determinados períodos do ano, ser possível aumentar a capacidade de carga, ou seja, a capacidade carga são de 400 visitantes por dia. O que se pretendeu é que, em determinados períodos, o Diretor do Parque Natural de Ilha, de forma fundamentada, possa aumentar a capacidade de carga e o que se propõe com esta revisão é que seja de 15 %. Os 15 % foi a forma que se encontrou para não prejudicar o acesso ao Ilhéu que é cada vez mais concorrido pelos caiaques. -----

Uma vez que os caiaques são um meio de transporte sustentável e as pessoas que visitam o Ilhéu através de caiaque têm uma passagem de curta duração no Ilhéu, não se verificando uma pegada ambiental muito significativa, entende-se que é possível prever o aumento da capacidade de carga. -----

Concluída a breve explicação, o Presidente do CRADS anunciou a abertura das inscrições para pronúncia dos membros do Conselho. -----

Tomou a palavra o conselheiro Rui Botelho que salientou que o Ilhéu de Vila Franca do Campo é uma área onde foram realizados projetos anteriores, pelo que existe um acompanhamento contínuo nas colónias de aves marinhas. Questionou se a SPEA seria abrangida pelas taxas, uma vez que o trabalho realizado se encontra enquadrado na parte do trabalho e estudo científico, de acordo com o número 2, do artigo 1.º. Mencionou, ainda, que, em relação às taxas, estas são um recurso financeiro importante e há uma necessidade, mas verifica-se que não são reinvestidas diretamente no ambiente. Indicou que os valores das taxas deviam ser canalizados para um fundo ambiental e depois aplicar essas verbas na conservação. -----

O Secretário Regional deu nota de que, em termos legais, não é possível porque a Secretaria não canaliza diretamente as receitas, e deu como exemplo as receitas canalizadas através dos sacos de plástico, mas por inscrição do valor cobrado no orçamento do ano seguinte. Ou seja, não é uma canalização direta e não é um fundo. -----

Referiu que é importante perceber-se que o investimento e o crescimento no setor do ambiente são sobretudo efetuados com os projetos LIFE que estão em curso. Evidenciou que existe a necessidade de melhorar a nível dos serviços operacionais do Serviço de Ambiente de São Miguel, pois só através do reforço de operacionais é que é possível haver disponibilidade para a realização das manutenções, no entanto, não deixou de realçar que foram executados diversos investimentos no local. -----

A conselheira Helga Barcelos, representante da A.E.S.A – Associação Empresarial para a Sustentabilidade dos Açores, em nome de um dos seus associados, solicitou a alteração da redução mínima de 48h para 24h, alegando que esta alteração vai permitir uma maior flexibilidade e capacidade de resposta para atender às reservas de última hora, principalmente na época baixa, porque as reservas estão condicionadas pelas questões climáticas. Solicitou também alteração às condições de acesso aos fins de semana e feriados, uma vez que considera que limita o acesso ao Ilhéu na época baixa. Por fim, saudou as medidas previstas para melhorar a operacionalização dos caiaques e similares durante a época balnear, uma vez que vão contribuir para o uso sustentável daquela área protegida. -----

O Secretário Regional salientou que as alterações propostas foram em consonância com as reivindicações das empresas que operam em torno do Ilhéu de Vila Franca do Campo. -----

A conselheira Helga Barcelos sugeriu que aos fins de semana, em vez de se vedar completamente a hipótese de ir ao Ilhéu, na época baixa, quem quisesse ir, teria de assegurar o encargo financeiro de um Vigilante da Natureza para estar lá. -----

O Secretário Regional referiu que tomou nota dos contributos e que estes seriam analisados. --

Tomou a palavra o conselheiro Diogo Caetano que referiu que, em relação aos fundos e não existindo um enquadramento jurídico, as taxas acabam por não se refletirem na população nem nos visitantes e considerando a não existência de um enquadramento jurídico, questionou que mecanismos poderiam existir para haver uma transparência referente à utilização das taxas. ---

O Presidente do Conselho destacou que, pela via legislativa, é sempre possível, e deu nota de que no passado existiram reservas ambientais que tinham como intuito financiar determinadas intervenções na área do ambiente. Atualmente, estas medidas não se encontram em vigor. ----

Não existindo mais intervenções, o Presidente do Conselho passou ao ponto seguinte. -----

PONTO DEZ - Apresentação do Plano de Gestão de Secas e Escassez de Água dos Açores -----

Para apresentação do Plano, o Presidente passou a palavra ao Técnico Superior Especialista da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática, Emanuel Barcelos. A apresentação deste ponto foi efetuada com recursos a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS. -----

Concluída a apresentação, o Presidente do CRADS anunciou a abertura das inscrições para pronúncia dos membros do Conselho. -----

O conselheiro Paulo Barcelos indicou que a captação e distribuição de água é competência das autarquias e mencionou que o importante é não existir perdas no sistema, uma vez que é um recurso escasso em períodos de défice. Indicou que existem duas redes de água na Região, uma de abastecimento ao público e uma rede de abastecimento à lavoura, e alertou para a necessidade de a rede agrícola ser alvo de uma estratégia por parte do Governo Regional. -----

O Presidente do CRADS evidenciou que há um caminho a percorrer em ilhas como o Pico, uma vez que não possui insuficiência do recurso, mas às vezes a sua captação é difícil. Mencionou que efetivamente é necessário trabalhar na redução das perdas nos sistemas de abastecimento.

Emanuel Barcelos salientou que no Plano está inventariada a rede de infraestruturas que o IROA detém, tal como a rede dos Municípios, bem como os investimentos previstos nas áreas mencionadas. O Plano inclui também medidas associadas à reabilitação e recuperação de lagoas e reservatórios artificiais que existem e a possibilidade de construção de novos reservatórios para fins específicos, nomeadamente, o abastecimento à atividade agrícola e pecuária. -----

O conselheiro João Medeiros enalteceu o trabalho realizado, dando nota de que se deve trabalhar a montante e não a jusante. Questionou se existe um estudo em relação às turfeiras, isto é, as turfeiras existentes são suficientes para elevarem o caudal do abastecimento público durante, por exemplo, 10 anos. Referiu que, ao se saber o gasto do furo, era possível quantificar a quantidade gasta. -----

Alonso Miguel indicou que não há um estudo que quantifique a capacidade das turfeiras para fazer abastecimento e recarga dos aquíferos e que, ao abrigo dos programas REACT-EU, foi efetuada apenas uma avaliação das diferentes tipologias de turfeiras que existem, o seu estado de manutenção e recuperação das turfeiras na ilha das Flores. -----

Emanuel Barcelos mencionou que os dados utilizados no Plano consideraram o conhecimento existente na Universidade dos Açores, a nível da importância das turfeiras enquanto ecossistema diverso, enquanto sumidouro de carbono e enquanto unidade de regulamentação do ciclo hídrico. Não foi efetuada uma quantificação de quantos metros cúbicos de água uma turfeira tem e de que forma abastece as captações. -----

cf. 12

O conselheiro Álvaro Areias, representante da APPA – Associação para a Promoção e Proteção Ambiental dos Açores, questionou se seria necessário e vantajoso a construção de diques, de bacias de retenção para um melhor aproveitamento das águas das ribeiras de caudal permanente. -----

O Secretário Regional indicou que, se não for vantajoso para um melhor aproveitamento da água, seria profícuo pelo menos para diminuir a velocidade da água. -----

Emanuel Barcelos referiu que, na Região, existem poucas ribeiras de caudal permanente e que a criação de barreiras para acumulação de água, em cenários de enxurradas, poderá ser perigosa. -----

O conselheiro Ricardo Gil mencionou que devemos repensar a forma como tratamos a água potável, pois é um recurso cada vez mais escasso, sugerindo que as novas construções incorporassem a captação das águas pluviais para uso no próprio edifício. -----

Emanuel Barcelos salientou que, aquando da elaboração do Plano, as medidas de contingência nos vários Municípios são diferentes porque as realidades insulares são diferentes de ilha para ilha, o que leva ao desenvolvimento, entre a administração pública e Municípios, de planos municipais de contingência em relação à gestão da água. Deu nota de que, no Plano, as medidas de adaptação incluem medidas que envolvem o estudo do aproveitamento das águas residuais tratadas para fins menos nobres, nomeadamente a rega. -----

O conselheiro Paulo Barcelos referiu que, atualmente, a escassez de água não é preocupante na Região, embora se verifique que em algumas ilhas já é um problema, como o caso da ilha Graciosa. Sugeriu a diferenciação da água nas habitações, no entanto, esta diferenciação implicava a existência de uma segunda rede ou ter habitações autossuficientes. -----

Não existindo mais intervenções, o Presidente do Conselho passou ao ponto seguinte. -----

PONTO 11 - Outros assuntos. -----

O Conselheiro João Medeiros mencionou que, na Fajã de Santo Cristo, verifica-se muita poluição, deixando o alerta para a necessidade de se proceder a uma limpeza no início do verão.

O Secretário Regional referiu que a Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática adjudicou uma prestação de serviços para a recolha de resíduos que se encontra nos recipientes de Resíduos Sólidos Urbanos, na Caldeira da Fajã de Santo Cristo. -----

O Conselheiro João Medeiros mencionou que, considerando o apoio que a Secretaria atribuí à Junta de Freguesia, esta podia ter especial atenção à limpeza dos locais mais emblemáticos. ----

O Secretário Regional deu nota de que iria averiguar a situação. -----

O conselheiro Ricardo Gil questionou se seria possível limitar a quantidade de embalagens plásticas importadas e privilegiar os produtos em vidro. -----

O Presidente do CRADS referiu que não, porque não é possível condicionar o funcionamento do mercado livre, o que se pode fazer é garantir de que esses resíduos são recicláveis. -----

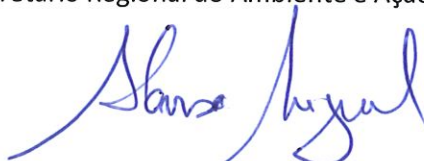
Não existindo mais intervenções, o Presidente do Conselho deu por terminada a reunião do CRADS. -----

Terminou, agradecendo a presença e a participação de todos, e deu por concluída a reunião, quando eram dezoito horas, tendo sido lavrada a presente ata, que eu, na qualidade de secretária-geral do CRADS, redigi e subscrevo. -----


Carla Alexandra Brasil Mota

Aprovada, em Ponta Delgada, ilha de São Miguel ao vigésimo segundo dia de outubro de 2024

O Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática


Alonso Teixeira Miguel